



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

EXPERIÊNCIAS INTERSECCIONAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Catarina Nascimento de Oliveira; Teresa Kleba Lisboa

Universidade Federal de Sergipe, catarinanoliveira1@gmail.com; Universidade Federal de Santa Catarina, tkleba@gmail.com

Resumo: A presente proposta visa trazer algumas reflexões sobre as contribuições dos estudos feministas e decoloniais para a área do Serviço Social, no âmbito das práticas investigativas e de intervenções sociais. Por meio de nossas vivências na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão em duas instituições de ensino superior do Brasil (Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Santa Catarina), problematizamos que os lugares situados oportunizam à(às)/ao(s) estudantes e profissionais de Serviço Social o diálogo numa perspectiva interseccional e interdisciplinar com marcadores sociais de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e outros, rompendo hierarquias categoriais. Reconhecemos que a perspectiva das epistemologias feministas constituem ferramentas teórico-metodológicas necessárias a subsidiar debates e interlocuções sobre a intervenção do Serviço Social junto às políticas sociais, particularmente direcionadas às mulheres. Nas discussões sobre as vulnerabilidades multifacetadas que permeiam as mulheres em diferentes modalidades da violência, percebemos o reconhecimento cada vez mais presente da transversalidade de gênero, raça, etnia e classe nas políticas públicas, demandando a ampliação do debate e consequente produção de conhecimento nos campos de formação profissional, de modo a subsidiar outros olhares, pensares, viveres, na relação ensino-aprendizagem e no fazer profissional do Serviço Social.
Palavras-Chave: decolonialidade, epistemologias feministas, Serviço Social.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Introdução

O texto ora apresentado constitui uma versão abreviada e atualizada de artigos apresentados em dois eventos acadêmicos, realizados na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis/SC: *Colóquio Interdisciplinar Gênero e Violências*, ocorrido em 2015 e o *13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero II – Transformações, conexões, Deslocamentos*, ocorrido em 2017.

A proposta incide em trazer algumas reflexões sobre as contribuições dos estudos feministas e decoloniais para a área do Serviço Social, no âmbito das práticas investigativas e de intervenções sociais. Por meio de nossas vivências na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão em duas instituições de ensino superior do Brasil (Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Santa Catarina), problematizamos que os lugares situados oportunizam à(s)/ao(s) estudantes e profissionais de Serviço Social o diálogo numa perspectiva interseccional e interdisciplinar com marcadores sociais de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e outros, rompendo hierarquias categoriais.

As experiências revelam que a perspectiva das epistemologias feministas constituem ferramentas de ordem teórico-metodológicas

necessárias a subsidiar debates e interlocuções sobre a intervenção do Serviço Social junto às políticas sociais, particularmente direcionadas às mulheres.

Nas discussões sobre as vulnerabilidades multifacetadas que permeiam as mulheres em diferentes modalidades da violência, percebemos o reconhecimento cada vez mais presente da transversalidade de gênero, raça, etnia e classe nas políticas públicas, demandando a ampliação do debate e consequente produção de conhecimento nos campos de formação profissional, de modo a subsidiar outros olhares, pensares, viveres, na relação ensino-aprendizagem e no fazer profissional do Serviço Social.

Serviço Social: a perspectiva feminista em foco

A abordagem entre o Serviço Social e os Estudos Feministas tem transitado de modo ainda tímido no processo de formação profissional, nas práticas investigativas e interventivas, no qual a categoria interseccionalidade se coloca como uma ferramenta útil de reflexão e análise acerca das múltiplas diferenças que transitam o cotidiano profissional. O presente texto vem reunir algumas de nossas experiências na tríade do ensino, da pesquisa e da extensão,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

de modo a revelar que no campo do conhecimento, transitam profundas e aceleradas transformações, no sentido de contribuir com propostas teóricas a partir de uma renovada ênfase nas fronteiras interseccionais, transversais, interdisciplinares entre as categorias gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, geração entre outras. As reflexões aqui pontuadas são frutos de nossas vivências, seja na prática acadêmica, como professoras das disciplinas “Epistemologias Feministas”, “Serviço Social e relações de gênero”, “Supervisão Pedagógica de Estágio” e orientadoras de inúmeros Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação e Especialização, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, seja como no acompanhamento dos trabalhos de campo realizados por meio de Projetos de Pesquisa e Extensão, particularmente com mulheres atendidas pelas Instituições que possuem em seus quadros profissionais de Serviço Social, além do assessoramento em Conselhos de Direitos (Conselho Municipal e Estadual de Políticas para Mulheres).

Por certo, nossas experiências profissionais ao cruzarem e interagirem com as trajetórias de vida de muitas mulheres por meio de intervenções acadêmicas e sociais, levaram-nos a inquietações que desdobram em investigações e análises teóricas incorporando

a perspectiva de gênero. Parte importante desse processo teve como direção o subsídio das epistemologias feministas para aprofundar os debates e intervenções na profissão.

As Epistemologias Feministas têm se consolidado como uma opção reconhecida no campo científico, trazendo para o debate a importância da interseccionalidade, revelando uma preocupação com o aumento de múltiplas formas de desigualdade social, discriminação, exploração, opressão e dominação que tem atingido, principalmente as mulheres em todo o mundo. Para o caso brasileiro, vislumbramos o Serviço Social como uma profissão que possui em seus quadros 96% de mulheres e que atende majoritariamente mulheres no cotidiano de intervenção, incorrendo em um conjunto de possibilidades dirigidas a enfatizar o lugar que os Estudos Feministas poderiam ocupar na esfera da produção do conhecimento.

Cabe assinalar que o Serviço Social brasileiro nas últimas décadas do século XX e limiar do novo milênio, despontou uma tímida, porém contínua inclinação para os estudos de gênero, cuja a produção do conhecimento tem sinalizado particular atenção sobre as questões que atingem as mulheres. Na área do Serviço Social, em relação a esse debate, temos observado a carência da teorização



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

sobre a interseccionalidade classe, etnia, raça, geração, nacionalidade, sexo, deficiência, que atuam de modo imbricado. Por meio de eventos de teor técnico-científico mais destacados da área, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), aliado a periódicos mais expressivos como as revistas *Serviço Social&Sociedade*, *Temporalis* e *Katálysis*, o conjunto da categoria formado por estudantes, profissionais, pesquisadoras/es e docentes tem publicizado relatos de experiências, pesquisas concluídas ou em andamento, vivências de estágio e outras produções, debatendo e divulgando seus trabalhos, numa contínua capacitação e atualização sobre questões e contextos diversos, no qual também se insere os estudos de gênero, o que revela uma gradual preocupação da categoria sobre a temática.

Conforme assinala Kameyama(1998), constitutiva de um arcabouço interventivo nas expressões da questão social acompanhado do caráter mediador no âmbito das relações e realidades sociais, a formação profissional do Assistente Social privilegiou como central o caráter técnico-operativo em detrimento da produção do conhecimento.

O processo de profissionalização foi acompanhado por moldes tradicionais e conservadores, cujo viés assistencialista se manteve inalterado, de modo a atender as demandas dominantes e intermediar os conflitos de classe na relação capital x trabalho.

Ao recuperar a história do Serviço Social, Lisboa e Oliveira(2015) situam o movimento de reconceituação como um movimento teórico, de influência do pensamento marxista, iniciado em fins dos anos 1960 e limiar das décadas de 1970 e 1980, cujo atributo nuclear buscou romper os padrões clássicos do Serviço Social latinoamericano, tendo a frente militantes que lutavam nos movimentos de libertação, em prol das lutas e demandas populares.

Esse engajamento político do Serviço Social, desencadeou uma emblemática e processual mudança na forma de compreender e refletir sobre os contextos socioeconômicos, ideopolíticos e culturais da sociedade, de intervir nas expressões da questão social e também de investigar a realidade social e os espaços ocupacionais.

Os desdobramentos encetados no interior da profissão, culminaram em uma atualização identitária, definida nos marcos da legislação



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

profissional (Código de Ética e Lei que regulamenta a profissão), novo perfil formativo amparado em uma nova estrutura curricular para as escolas e cursos de Serviço Social, aliado à capacitação mais especializada no campo investigativo do conhecimento, com a instalação dos cursos *stricto sensu* na área de Ciências social e particularmente de Serviço Social no Brasil, durante os anos 1970 (KAMEYAMA,1998).

Em razão do Serviço Social prestar um atendimento a um público predominantemente feminino, a categoria mulher passou a constituir objeto de investigação, especialmente em meados dos anos 1980, justamente um período de grande efervescência da luta feminista, frente às questões da violência doméstica, das condições desiguais no mundo do trabalho, dos estereótipos sociais, dos espaços ocupados e as sujeições a que estavam expostas.

Mesmo sendo uma profissão predominantemente constituída por mulheres e que também atende mulheres, a abordagem esteve por muito tempo invisibilizada. Se os avanços percorridos pelo Serviço Social culminaram em uma atualização e maturidade teórico-metodológica bastante significativas, em se tratando das questões de gênero, Lisboa e Oliveira(2015) consideram ainda distante o

enfoque do Serviço Social em relação às questões de gênero e feministas.

Ao longo dos anos, os estudos feministas marcadamente tem visibilizado as lutas para assegurar a igualdade de gênero, sob diferentes formas de enfrentamentos em prol das causas levantadas. Por meio de abordagens teóricas e metodológicas diversas, são adotadas interpretações para além do patriarcado, enquanto campo hegemônico legitimado pelo sistema capitalista. Nesse campo, as experiências e o lugar situado constituem outras perspectivas de interpretação, com vistas a iluminar teórica e metodologicamente a compreensão do real sobre as violências de gênero.

Situando nossas experiências

A partir de nossas experiências como docentes, pesquisadoras dos estudos feministas e com comprometimento junto às causas de gênero e que remetem às mulheres, compreendemos o feminismo enquanto movimento político, social e cultural que se origina para contestar os pressupostos valorativos da modernidade, ao tempo em que preocupa-se com as questões da ética, da equidade, da justiça e da igualdade, reivindicando-as como parte integrante de um novo paradigma civilizatório e de um projeto político emancipatório.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Por meio de nossas trajetórias profissionais, foi possível atuar em conselhos estaduais e municipais de direitos da mulher, instituições dirigidas ao atendimento de mulheres em situação de violência, pactos federativos, comissões, coordenadorias, aliada a atuação em equipamentos sociais. A abordagem junto às violências de gênero, particularmente com o público feminino, oportunizou a aproximação diversos contatos por meio de relatos, vivências, sentimentos singulares de mulheres em situação de violência.

Além disso, a participação em espaços diversos como núcleos de estudos, fóruns de debate, capacitações em instituições de diferentes políticas públicas e ações diretamente relacionadas à violência contra a mulher, norteadas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) para a realização de nossas ações, permitiram uma aproximação singular junto ao público e aos profissionais do Serviço Social, confirmando o que assinala Machado (2016), quando destaca o Serviço Social como área integrante de equipes multidisciplinares para atuarem de forma dialógica acerca da referida legislação.

Face ao exposto, consideramos que tal percurso oportunizou uma maior ampliação do debate nos campos de formação e exercício profissionais. As contribuições das epistemologias feministas constituem ferramentas metodológicas cruciais para os

estudos e intervenções do Serviço Social brasileiro, acerca das questões feministas e em particular, das violências de gênero, pois entendemos ser possível um Serviço Social com perspectiva feminista, dadas as pautas e as demandas, seja por parte do público feminino atendido, seja por parte do conjunto da categoria.

Como alerta Lisboa (2015, p.83), não há intenção dos estudos feministas em “fazer outra ciência”, mas defender que os indivíduos são sujeitos (pessoas), historicamente corporificadas.

Dadas as limitações do texto, apresentamos de forma sumária, experiências técnicas e acadêmicas em contextos situados, no qual identificamos a pluralidade das teorias e metodologias feministas empregadas para problematizar as diversas questões que pautam os debates de dos estudos feministas e de gênero. Entendemos que as epistemologias feministas contemplam trilhas possíveis para teorizar e promover *práxis* transformadoras de estudantes, profissionais e pesquisadoras/es do Serviço Social, ante as questões com as quais nos debruçamos perante nosso público predominante: as mulheres. Nesse sentido, Lisboa (2015, p.83) assinala que para as epistemologias feministas não é possível traçar um perfil único e universal de pessoa (ou mulher), dada as especificidades culturais,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de raça, etnias, gerações, orientação sexual, religião, classe social, entre outros aspectos.

A experiência nos cursos de Serviço Social da UFSC e UFS

Os cursos de Serviço Social no Brasil são regidos por diretrizes curriculares, cuja a estrutura contempla um conjunto de disciplinas (obrigatórias, optativas, eletivas), estágios obrigatórios, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, monitorias, imprescindíveis ao processo de formação profissional.

As realidades aqui anunciadas tiveram seus desdobramentos por meio de disciplinas optativas ofertadas no período de 2013 a 2017 nos cursos de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a abordagem central das ementas contemplaram relações de gênero, feminismos e Serviço Social, no qual discentes de diferentes cursos regularmente matriculados, tiveram uma aproximação ao pensamento teórico feminista para subsidiar estudos e discussões de conteúdos acerca de temas sobre a violência contra a mulher.

Em relação a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), salientamos uma experiência no primeiro semestre de 2015, no

qual foi oferecida a disciplina optativa (eletiva): “Tópicos Especiais em Movimentos Sociais – Mulheres em Movimento e o papel do Serviço Social”, tendo como ementa “Aspectos conceituais e metodológicos sobre os movimentos feministas e de mulheres no Brasil. O papel dos movimentos feministas nas transformações socioculturais, nas áreas dos direitos humanos, cidadania, exclusão social e violência contra mulheres. (...) As contribuições dos estudos feministas e das metodologias de trabalho com mulheres para o Serviço Social”. A disciplina trouxe como um dos objetivos centrais, aprofundar o debate teórico-conceitual que conduziu à formulação das categorias analíticas centrais: relações de gênero, classe, raça/etnia e gerações junto aos movimentos feministas, LGBTQTTs e de mulheres. Matricularam nesta disciplina, 42 estudantes dos cursos de Serviço Social, Ciências Sociais, Nutrição, Geografia, História, Jornalismo, Língua e Literatura e Secretariado, configurando uma interdisciplinaridade que ao longo do semestre, enriqueceu e diversificou as discussões, além da presença de uma estudante integrante dos povos indígenas Laklaño Xokleng (Ibirama/SC). Como procedimento metodológico adotado ao processo ensino-aprendizagem, a realização de trabalho de grupo, reuniu um conjunto de ações compartilhadas por equipes de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

estudantes que abordaram diferentes Movimentos, a saber: Movimento de Mulheres Negras, Movimento de Mulheres Indígenas, Movimento LGBTTs, A Marcha das Vadias, entre outros, com o objetivo de conhecê-los e trazer integrantes dos mesmos para a sala de aula. A dinâmica da disciplina oportunizou relatos de mulheres indígenas, do Movimento de Mulheres Negras, mulher transexual, salientando suas realidades, enfrentamentos, conquistas e desafios face às questões de vida, trabalho que imperam na sociedade. Notadamente, foi possível perceber que a temática da violência de gênero perpassava todos os Movimentos de Mulheres ou Feministas estudados, razão pela qual estudos mais aprofundados desencadearam a produção em vídeo e a elaboração do Projeto “Violência de Gênero: representações em foco” que, elaborado de forma interativa entre docente e discentes, oportunizou a participação de todas/os, como também a assinatura de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, confirmando a autorização de suas falas e suas imagens.

Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com sede no município de São Cristóvão/SE, a oferta da disciplina Relações de Gênero e Serviço Social, também ocorreu no primeiro semestre de 2013. Atendendo a uma demanda reprimida de estudantes por disciplinas optativas ocorridas naquele período, foram

abertas duas turmas, que contaram com aproximadamente 91 matriculadas/os, distribuídos em horários vespertino e noturno. A apresentação da ementa contemplava dentre os eixos centrais “O feminismo – antecedentes históricos. (...) Matrizes teóricas nos estudos feministas da mulher: patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero. Abordagens da subjetividade e construção da identidade de gênero. (...) Inserção do gênero nas políticas sociais. Estudos empíricos: gênero e serviço social”. Os objetivos da disciplina destacavam conhecer historicamente o significado de gênero e feminismo sob diferentes perspectivas teóricas; articular a questão de gênero com o serviço social, no âmbito das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. As leituras instigaram profícuos e calorosos debates, de modo articulado com o Serviço Social, em razão da presença unânime de estudantes do curso. Além disso, o processo avaliativo contou com a liberdade de escolha sobre a temática de gênero, o que resultou uma produção de conhecimento consistente, permitindo um olhar mais atento e desvencilhado de preconceitos sobre violência no espaço intrafamiliar contra a mulher e a criança, união por casais homoafetivos, divisão sexual do trabalho no espaço rural, dentre outros.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Intervenção com mulheres em serviços socioassistenciais

Considerando que em diferentes realidades institucionais perpassam as abordagens de gênero, classe, raça, etnia, geração, sexualidade, territorialidade, cultura, geração e outras, expomos de forma breve os resultados da pesquisa coordenada Teresa Kleba Lisboa, realizada durante o ano de 2015, intitulada *A pobreza feminina tem rosto de mulher – propostas de políticas públicas para mulheres que frequentam os CRAS da Grande Florianópolis*.

A grande maioria de usuários que recorrem aos serviços prestados pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) são mulheres que vão em busca de um benefício para si ou para seus familiares. A dinâmica do cotidiano familiar é constituída por relações de gênero e estas têm se edificado sobre relações de poder. A persistente e crescente carga de pobreza que recai sobre as mulheres – 70% dos pobres do mundo são mulheres; mulheres negras e indígenas são as mais pobres na pirâmide social e, por conseguinte as maiores demandatárias dos Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família, entre outros.

Na pesquisa realizada com 45 mulheres frequentadoras de cinco CRAS da região de Florianópolis, foi possível identificar a intersecção entre as categorias gênero, classe e raça/etnia. Ao serem indagadas qual o maior sonho, neste momento de suas vidas, uma das demandas mais apontadas foi: “*ter um trabalho para sobreviver*”. O trabalho é um grande valor para a maioria das entrevistadas, é a principal estratégia de sobrevivência. Ao solicitarmos para as entrevistadas definirem “o que é ser pobre para você? ”, as respostas foram: “*falta de trabalho*”; “*ser pobre para mim é não ter trabalho*”; “*é quando não tem trabalho*”; “*é quando fica desempregada; quando falta o financeiro, quando não tem trabalho*”. Embora o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho seja uma realidade, a persistência da desigualdade de remuneração e a inserção no trabalho informal, ainda dificultam sua autonomia econômica.

Questões de gênero perpassam a vida de muitas mulheres, para as quais são atribuídas, majoritariamente, as funções de cuidado. Ao serem indagadas se já tiveram que parar de trabalhar por causa de algum motivo importante relacionado à família, treze mulheres responderam positivamente atribuindo o motivo a doença de algum membro da família, enquanto outras doze responderam que estão sem trabalhar, pois



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

não têm vaga na creche para deixar os filhos. Contudo, quatro delas responderam que pararam de trabalhar, pois o marido não permite, deixando explícitas as relações de gênero perpassadas pelo poder e pela dominação masculina.

Quando perguntadas sobre “qual foi a maior dificuldade ao buscar o último trabalho”, as respostas mais frequentes foram: “*Exigiam mais estudo*”; “*Estabeleciam que não podia ter filhos*”; “*Pediam que tivesse experiência*”; “*Me faltavam documentos*”; “*Falta de creche para deixar meus filhos*”. Uma das respostas chamou atenção: “*Minha maior dificuldade é a idade. O mercado quer gente nova, idade para eles é doença!*”

Das 11 mulheres negras entrevistadas quatro afirmaram sofrer preconceito ao procurar trabalho, falaram da exigência de “*boa aparência*” para atividades mais leves e valorizadas, e o que sobra é somente “*serviços terceirizados, de limpeza ou de faxina*”.

As políticas públicas para mulheres, ao longo da história, têm sido elaboradas e propostas por homens, dentro de uma concepção e perspectiva masculina, hierárquica e paternalista, sem levar em conta as reais necessidades e demandas das mulheres. Resgatar as mulheres como “sujeito” das políticas, para Silveira (2004) implica construir canais de debate para definir

prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias.

Ao incorporar a perspectiva de gênero no cotidiano de intervenção, as/os profissionais de Serviço Social podem contribuir com propostas de políticas públicas para a igualdade entre homens e mulheres, reconhecendo as diferentes orientações sexuais dos usuários, interseccionando as questões raciais, de gênero, com os demais marcadores sociais, garantindo uma vida sem violência para as mulheres entre outros. Garantir a participação das mulheres através de trabalhos em grupo é um elemento constitutivo das estratégias de empoderamento. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação de mulheres possibilitam processos de empoderamento, e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de prioridades nas políticas públicas, que contemplem a igualdade entre homens e mulheres, bem como entre as pessoas que vivem na pobreza.

Intervenção e investigação com adolescentes e jovens em oficinas sobre corpo, relações de gênero e sexualidade



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Por meio de um Projeto de Extensão desenvolvido durante os anos de 2016 e 2017, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE), vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizou um conjunto de intervenções, as quais destacamos três oficinas pedagógicas (“*Situando o meu corpo*”, “*Relações de gênero*” e “*Sexualidade*”) junto aos adolescentes e jovens integrantes do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), em Florianópolis/SC. As atividades tiveram como propósito: a) ampliar a importância do debate sobre corpo, sexualidade, relações de gênero e discriminação racial com adolescentes e jovens; b) incentivar a construção de uma cultura que possa romper com as discriminações e violências de gênero, raça/etnia, orientação sexual entre outras; c) sinalizar a importância desta temática para o Serviço Social, visando a atuação junto as mais diversas políticas públicas, principalmente as destinadas a adolescentes e jovens.

No decurso das três oficinas identificamos que a construção dos significados atribuídos ao corpo, a sexualidade, a raça/etnia, aos papéis masculino e feminino, está relacionada ao contexto sócio-político-cultural no qual estes adolescentes/jovens estão inseridos.

Destaca-se que a experiência de realização das oficinas socioeducativas possibilitou, não “apenas” a produção de ações participativas em torno das temáticas trabalhadas com os adolescentes e jovens, mas, também, apresentou-se como um importante recurso para a apreensão de suas realidades, razão pela qual oportunizou a realização de uma pesquisa participante. Ou seja, os “dados” que emergiram das Oficinas, além de poderem ser analisados, sob a perspectiva dinâmica da construção do conhecimento, também inferiram encaminhamentos para ações propositivas em relação às demandas dos adolescentes e jovens participantes. Foram priorizadas dinâmicas e estratégias que trouxeram à tona, elementos para a análise: contexto socioeconômico e político no qual estão inseridos estes adolescentes e jovens – moradores de comunidades de periferia; noções sobre as categorias gênero, classe, raça/etnia, corpo e sexualidade numa perspectiva interseccional, entre outros. Esse trabalho sinalizou a importância da atuação do Serviço Social junto a uma das políticas públicas, destinada a adolescentes e jovens que são a esperança de futuro.

Considerações Finais

O processo formativo tende a exigir que o acesso às questões de gênero, conduzam



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

estudantes e profissionais à aproximação, percepção, reflexão, investigação e ação sobre essas interseccionalidades perante o público atendido. Nesse sentido, reconhecer a relevância das teorias, metodologias e conteúdos feministas constitui atributo necessário a nortear outros pensamentos, outras reflexões, num contínuo desvencilhar de possibilidades para acompanhar as mudanças que percorrem as realidades sociais, seja dos objetos de investigação, seja dos objetos de intervenção.

Nessa direção, compreendemos que pensar nos impactos que os projetos políticos emancipatórios entoados pelas epistemologias feministas, podem revelar rotas possíveis para o alcance de outros diálogos e outras condutas. Como aponta Lagarde (1996, p. 13), a incorporação da *perspectiva de gênero* é fundamental, pois adota como pressuposto a ressignificação da história, da sociedade, da cultura e da política a partir das mulheres e com as mulheres.

Os desdobramentos e discussões sobre os estudos de gênero no Serviço Social, não se restringem aos cursos de graduação, mas tem uma considerável articulação para além da academia, em espaços que compõem o contexto de debates e ações diversas.

A trajetória profissional oportuniza o contato com múltiplas vivências de mulheres

localizadas nas periferias e nas regiões centrais, na floresta, nos sindicatos, em movimentos urbanos e rurais organizados, em áreas ribeirinhas e extrativistas, em comunidades indígenas, quilombolas, nos espaços acadêmicos de trabalho. Suas histórias percorrem não somente o cotidiano doméstico, mas também político, econômico, cultural e ideológico do universo feminino, que em suas vidas manifestam vontades, poder e luta para serem reconhecidas e mostrarem seus papéis na tessitura social.

Os estudos feministas possibilitam o entrelace de pesquisa, proposição política e ativismo e nessa direção, os eventos científicos promovidos pelos organismos específicos do Serviço Social tem incluído o debate de gênero, por meio de grupos e eixos temáticos ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, as abordagens aqui trazidas vem revelar a importância de agregar conhecimentos diversos em instâncias acadêmicas e não acadêmicas, de modo a entrecruzar saberes, experiências, conteúdos contemplando eventos específicos e aqueles de intervenção no serviço socioassistencial, como *locus* tão caros àquelas/es em processo de formação.

Assim, consideramos como um dos grandes desafios, incide em repensar a profissão sobre outras perspectivas,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

incorporando as epistemologias feministas no campo do processo formativo.

Referências

BRASIL. *Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; et. al. *Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate*. Cadernos ABESS EDIÇÃO ESPECIAL, São Paulo, nº 7, nov/1997. p. 15-57.

KAMEYAMA, Nobuco. *A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997)*. Cadernos ABESS, São Paulo, nº 8, nov/1998. p. 33-76.

LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo - desarrollo humano y democracia*. Madrid, Horas & horas, 1996.

LISBOA, Teresa Kleba. Feminismos, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: TEIXEIRA, Marlene e ALVES, Maria Elaene Rodrigues (orgs.). *Feminismo, Gênero e Sexualidade: desafios para o Serviço Social*. Brasília: Editorial Abaré, 2015. p. 73-100.

LISBOA, Teresa Kleba e OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. *Serviço Social com perspectiva de gênero: o que a “cegueira ideológica” não permite ver*. Revista Feminismos, Salvador, Vol.3, N.2 e 3, Maio - Dez. 2015. p. 103-114. Disponível em <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>> Acesso em 04/07/2017.

MACHADO, Isadora Vier. Lei Maria da Penha: conquistas e desafios. In: VEIGA, Ana Maria, LISBOA, Teresa Kleba e WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero e violências: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. p. 8-26 (Série Diversidades).

SILVEIRA M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. IN: GODINHO T. e SILVEIRA M. L. da. (orgs). *Políticas públicas de gênero: impasses e desafios – políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).